

CLIPPING IMPRESSO

09/02/2020



INDICE

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. DESEMBARGADOR.....	1 - 2
1.2. JUÍZES.....	3
2. JORNAL O IMPARCIAL	
2.1. JUÍZES.....	4
3. JORNAL PEQUENO	
3.1. DESEMBARGADOR.....	5
3.2. INFORMATIVO.....	6
3.3. JUÍZES.....	7
3.4. PLANTÃO CGJ.....	8



Câmara de Raposa promove painel sobre as regras das eleições 2020 e ouvidorias



Desembargador Bernardo Rodrigues, conselheiro Edimar Cutrim, do TCE e o presidente da Câmara de Raposa, Beka Rodrigues

Por iniciativa do presidente da Câmara Municipal de Raposa, vereador Beka Rodrigues, aquela casa parlamentar estará realizando, no próximo dia 21, a partir das 9 horas da manhã, um painel de debates sobre as regras das eleições 2020, tendo como palestrante o corregedor do Tribunal Regional Eleitoral (TRE/MA), desembargador Tyrone José Silva e sobre a importância das ouvidorias, cuja palestra ficará a cargo do ouvidor daquela Corte, o juiz eleitoral Gustavo Vilas Boas.

O vice-presidente eleito do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Bernardo Rodrigues, que foi o primeiro ouvidor daquele poder, destacou a importância desse evento e garantiu presença, afirmando que se pronunciará sobre a sua experiência como ouvidor do Judiciário maranhense.

— E-mail pra
Dona Bibi

djalmarodrigues1@gmail.com



O desembargador Bernardo Rodrigue, recém-eleito vice-presidente do Tribunal de Justiça, anda com um sorriso de orelha a orelha. Chegou seu neto, o Bernardo Neto, filho do Glauber Rodrigues. O magistrado anda saltitante de alegria.

Osmar Gomes dos Santos, Juiz de Direito da Comarca da Iha de São Luís. Membro das Academias Ludovicense de Letras; Maranhense de Letras Jurídicas e Matinhense de Ciências, Artes e Letras.



MARCAS DA VIOLÊNCIA URBANA

Segurança pública é um tema que está entre os principais no debate cotidiano, presente na ordem do dia nas rodas de conversa nos mais distintos espaços públicos. Não é raro sermos apanhados por pessoas desconhecidas puxando assunto sobre alguma ocorrência criminal. Na padaria, na banca de revista, no supermercado, no barzinho da esquina.

O crime migrou das grandes metrópoles para outras regiões. Passando inicialmente por um processo de interiorização dentro dos mesmos estados, notadamente do Sudeste. Posteriormente, por razões diversas, chegou a capitais do Norte e do Nordeste, onde o ciclo de interiorização vem se repetindo.

Isso resultou no aumento da criminalidade, que, como o nome já sugere, é um fenômeno ligado diretamente ao conjunto de práticas criminosas dentro de um espaço de tempo.

A grande ocorrência de crimes gera o que costumamos chamar de estado psicológico de violência, que adota uma característica de onipresença e gera consequências diretas na psique de cada indivíduo. Assim, o comportamento individual de medo e de insegurança alcança a coletividade

dentro do espaço e tempo em que os crimes são praticados, gerando o aludido estado.

Em razão da onda de violência já não nos vemos mais em calçadas batendo aquele bom e velho papo entre amigos até altas horas, sequer durante o dia. Milhões de ruas Brasil afora mais lembram bairros fantasmas, tamanha dificuldade de ver pessoas transitando ou simplesmente conversando em suas portas.

Diariamente são assaltos, sequestros, furtos, roubos, homicídios, latrocínios. Realidade da qual buscamos cada vez mais fugir, nem que para isso tenhamos que abdicar de uma vida em sociedade. Sequer podemos exercer com alguma tranquilidade a liberdade de ir e vir talhado em nossa Carta Magna como uma clausura pétreia.

Frente a tantos acontecimentos, começamos a nos fazer reféns de nós mesmos. Construímos fortalezas físicas e psicológicas na vã tentativa de escapar das situações de violência que todos estão passíveis de enfrentar, mais cedo ou mais tarde.

Levantamos muros. Nos apegamos a dispositivos eletrônicos e de segurança patrimonial que nos passam certa sensação de tranquilidade dentro de nossas casas. Cria-

mos bloqueios a situações diversas e nos mantemos em permanente estado de alerta nas prisões que construímos dentro de nossas mentes.

Até mesmo sem nos dar conta, estamos optando por nos enclausurar. Fugimos dos carmas e medos que nos cercam de todos os lados. Buscamos subterfúgios em uma vida corrida em função dos compromissos diários. Ilusão que nos ajuda a driblar a falta de uma vida mais próxima de nossos comuns.

Nossa relação com o desconhecido passou a ser automática: primeiro desconfio de tudo e de todos, para só então permitir uma aproximação. Essa desconfiança no próximo põe em xeque a sociabilidade, algo que é próprio da nossa essência enquanto seres humanos ao longo de toda evolução.

Para amenizar essa distância, vamos acostumando às facilidades que as modernas tecnologias insistem em nos "vender" como meios de relacionamentos. Aos poucos e quase sem perceber estamos substituindo o calor humano e as emoções pela tela fria de um smartphone.

O horizonte é de incertezas quanto nossa capacidade de reação pela manutenção da espécie humana, visto que a sociabilidade está sendo

colocada em xeque. Por essa razão, o tema segurança pública se consolidou como um dos principais da agenda política.

Não restam dúvidas de que promover a paz social e devolver a tranquilidade à população tem ocupado posição central como um dos maiores desafios de gestores públicos em municípios, estados e União. Desafio que se agiganta diante de um cenário de esgotamento dos recursos públicos e escassez de serviços essenciais.

Chame como quiser: pacto republicano, ação integrada, cooperação nacional. Fato é que urge a necessidade de ações coordenadas entre os entes federados a fim de devolver o direito de ir e vir de cada cidadão desta nação, bem como a tranquilidade e o bem estar.

Não por acaso, uma ação como esta envolve um esforço hercúleo dos órgãos públicos, a começar pelo resgate da credibilidade nestes, e perpassa por uma gama de caminhos. Certo é que é preciso que esses caminhos comecem a ser trilhados.

Enquanto essa mudança não acontece, seguimos cada dia com nossas inquietações. Vamos driblando os acontecimentos, tentando disfarçar nossos medos e realizando jogos mentais para tentar abs-trair os muros que nos cercam.

MARCAS DA VIOLÊNCIA URBANA

OSMAR GOMES DOS SANTOS

Juiz de Direito da Comarca da Ilha de São Luís. Membro das Academias Ludovicense de Letras; Maranhense de Letras Jurídicas e Matinhense de Ciências, Artes e Letra

Segurança pública é um tema que está entre os principais no debate cotidiano, presente na ordem do dia nas rodas de conversa nos mais distintos espaços públicos.

Não é raro sermos apanhados por pessoas desconhecidas puxando assunto sobre alguma ocorrência criminal. Na padaria, na banca de revista, no supermercado, no barzinho da esquina.

O crime migrou das grandes metrópoles para outras regiões. Passando inicialmente por um processo de interiorização dentro dos mesmos estados, notadamente do Sudeste. Posteriormente, por razões diversas, chegou a capitais do Norte e do Nordeste, onde o ciclo de interiorização vem se repetindo.

Isso resultou no aumento da criminalidade, que, como o nome já sugere, é um fenômeno ligado diretamente ao conjunto de práticas criminosas dentro de um espaço de tempo.

A grande ocorrência de crimes gera o que costumamos chamar de estado psicológico de violência, que adota uma característica de onipresença e gera consequências diretas na psique de cada indivíduo. Assim, o comporta-

mento individual de medo e de insegurança alcança a coletividade dentro do espaço e tempo em que os crimes são praticados, gerando o aludido estado.

Em razão da onda de violência já não nos vemos mais em calçadas batendo aquele bom e velho papo entre amigos até altas horas, sequer durante o dia. Milhões de ruas Brasil afora mais lembram bairros fantasmas, tamanha dificuldade de ver pessoas transitando ou simplesmente conversando em suas portas.

Diariamente são assaltos, sequestros, furtos, roubos, homicídios, latrocínios. Realidade da qual buscamos cada vez mais fugir, nem que para isso tenhamos que abdicar de uma vida em sociedade. Sequer podemos exercer com alguma tranquilidade a liberdade de ir e vir talhado em nossa Carta Magna como uma clausura pétreo.

Frente a tantos acontecimentos, começamos a nos fazer reféns de nós mesmos. Construimos fortalezas físicas e psicológicas na vã tentativa de escapar das situações de violência que todos estão passíveis de enfrentar, mais cedo ou mais tarde.

Levantamos muros. Nos apegamos a dispositivos eletrônicos e de segurança patrimonial que nos passam certa sensação de tranquilidade dentro de nossas casas. Criamos bloqueios a situações diversas e nos mantemos em permanente estado de alerta nas prisões que construimos dentro de nossas mentes.

Até mesmo sem nos dar conta, estamos optando por nos enclausurar. Fugimos dos carmas e medos que nos cercam de todos os lados. Buscamos subterfúgios em uma vida corrida em função dos compromissos diários. Ilusão que nos ajuda a driblar a falta de uma vida mais próxima de nossos comuns.

Nossa relação com o desconhecido passou a ser automática: primeiro desconfio de tudo e de todos, para só então permitir uma aproximação. Es-

sa desconfiança no próximo põe em xeque a sociabilidade, algo que é próprio da nossa essência enquanto seres humanos ao longo de toda evolução.

Para amenizar essa distância, vamos acostumando às facilidades que as modernas tecnologias insistem em nos “vender” como meios de relacionamentos. Aos poucos e quase sem perceber estamos substituindo o calor humano e as emoções pela tela fria de um smartphone.

O horizonte é de incertezas quanto nossa capacidade de reação pela manutenção da espécie humana, visto que a sociabilidade está sendo colocada em xeque. Por essa razão, o tema segurança pública se consolidou como um dos principais da agenda política.

Não restam dúvidas de que promover a paz social e devolver a tranquilidade à população tem ocupado posição central como um dos maiores desafios de gestores públicos em municípios, estados e União. Desafio que se agiganta diante de um cenário de esgotamento dos recursos públicos e escassez de serviços essenciais.

Chame como quiser: pacto republicano, ação integrada, cooperação nacional. Fato é que urge a necessidade de ações coordenadas entre os entes federados a fim de devolver o direito de ir e vir de cada cidadão desta nação, bem como a tranquilidade e o bem estar.

Não por acaso, uma ação como esta envolve um esforço hercúleo dos órgãos públicos, a começar pelo resgate da credibilidade nestes, e perpassa por uma gama de caminhos. Certo é que é preciso que esses caminhos comecem a ser trilhados.

Enquanto essa mudança não acontece, seguimos cada dia com nossas inquietações. Vamos driblando os acontecimentos, tentando disfarçar nossos medos e realizando jogos mentais para tentar abstrair os muros que nos cercam.



Bom Dia Sociedade

Nossa conversa de todas as segundas-feiras



Orquídea Santos

orquideafsantos@yahoo.com.br



Registro na Villa do Vinho dos casais, procuradora de Justiça, Mariléa Costa e do desembargador Gerson Oliveira com a advogada Mônica e o oftalmologista Fábio Lucio Santos

Justiça & Cidadania

Antonio Carlos Lua acarloslua@folha.com.br



Os desafios do ensino jurídico

O Brasil continua negligenciando na questão da educação superior, em especial no ensino jurídico, cuja proliferação desenfreada de faculdades de Direito vem trazendo efeitos maléficos na formação profissional de bacharéis, deixando a sociedade apreensiva quanto à atuação dos futuros operadores do Direito. O alto índice de reprovação de bacharéis em Direito no Exame de Ordem aplicado pela OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) é o diagnóstico da grave crise no ensino jurídico brasileiro, mostrando que as políticas adotadas pelo Ministério da Educação (MEC) são equivocadas.

Novas diretrizes precisam ser elaboradas para garantir a qualidade do ensino de Direito no Brasil, onde até mesmo as faculdades consideradas modelo estão com dificuldades em adaptar grades curriculares para acompanhar as novas exigências de um mercado jurídico dinâmico e exigente.

Nos últimos anos, as faculdades de Direito se multiplicaram no país. É assustador o número de acadêmicos em cursos de comprovada má qualidade que não incentivam a formação humanista e geral dos bacharéis e tampouco qualificam estes para o ingresso no mercado de trabalho.

São mais de 1.400 cursos funcionando como linha de produção em escala elevada pelo país inteiro, sem nenhum comprometimento com as mudanças sociais e a concretização da Justiça. Os compromissos são meramente mercadológicos e desvirtuam a função da universidade no ensino de Direito. Nenhum país no mundo possui tantos cursos de Direito quanto o Brasil. Temos mais faculdades de Direito do que a Europa, China e Estados Unidos juntos. No resto do planeta a soma chega a 1.100 cursos de Direito. Nos Estados Unidos, com uma população de 327 milhões de habitantes, são 232 faculdades de Direito.

Temos hoje mais de quatro milhões de pessoas formadas em Direito, mas apenas pouco mais de 800 mil conseguiram aprovação no exame da OAB, que habilita bacharéis para o exercício da advocacia.

A má qualidade do ensino oferecido por esses cursos vem sendo demonstrada não só pelo elevado índice de reprovação no exame aplicado pela OAB, como também na péssima performance dos bacharéis em concursos de carreiras jurídicas, cujas vagas muitas vezes não são preenchidas devido ao baixíssimo desempenho de candidatos nas provas.

Na medida em que aumenta o índice de bacharéis reprovados no exame da OAB, o Ministério da Educação (MEC) autoriza cada vez mais pedidos de autorização para funcionamento de novos cursos de Direito, cujas bases de sustentação nem sempre são estáveis e perenes.

A indústria de bacharéis cresce de forma impressionante, com uma educação jurídica deslocada da realidade, alheia às necessidades sociais e incapaz de formar profissionais habilitados para enfrentar os desafios profissionais que a carreira jurídica impõe.

Em termos concretos, isso significa que falta massa crítica no âmbito do ensino jurídico, cuja baixa qualidade traz drásticas consequências para toda a sociedade, principalmente aqueles que precisam de um sistema jurídico formado por valores equânimes.

O ensino jurídico precisa ser encarado como um bem social e não mais como uma mercadoria, com uma legislação educacional permissiva e faculdades voltando-se para a criação de cursos de Direito apenas porque estes dão status e trazem expressiva lucratividade.

A influência política não pode continuar prevalecendo na criação desenfreada de cursos, muitos deles funcionando até mesmo em galpões de armazéns, comprometendo a formação de bacharéis para o exercício de uma profissão que exige, por princípio, o saber jurídico.

O MEC não pode continuar permitindo a mercantilização do ensino jurídico com faculdades sendo transformadas em fábricas de diplomas para que seja passada ao mundo a falsa ideia de que no Brasil existe um relatório estatístico de escolaridade superior semelhante aos dos países desenvolvidos.

Coincidentemente, desde a década de 1990, a agenda governamental incentivou o aumento exponencial do número de faculdades, em detrimento da qualidade do ensino.

O que de fato se constata é que a política de crescimento geométrico e desordenado de vagas nas faculdades em geral, incluindo-se as faculdades de Direito, é socialmente desastrosa. Infelizmente, o ensino jurídico, com as notórias e notáveis exceções, passou a ser um ramo de saborosa fatia do mercado econômico e financeiro, um seguro negócio empresarial, cuja finalidade prioritária é o lucro. Com tudo isso, a sociedade tem sido vítima inerte dos graves riscos da assistência jurídica prestada por profissionais despreparados. Acabar com o exame de ordem significa, em tese, atrair para o mercado de trabalho profissionais da advocacia sem a devida condição técnica de defender os direitos do cidadão em Juízo.

Mesmo assim, há quem defenda o fim do Exame de Ordem, único filtro capaz de impedir que milhares de bacharéis oriundos de faculdades que não possuem as mínimas condições pedagógicas de funcionamento, e cujos registros no Ministério da Educação são emitidos e mantidos, mediante frouxos critérios de controle.

O fim do exame de ordem é uma bandeira que estampa um aparente discurso progressista, mas que dissimula realidades ocultas. É um lobby insequente e visa contemplar reais interesses subjacentes de grupos econômicos. Com algumas exceções, atualmente a regra do ensino jurídico brasileiro convém num pacto implícito e silencioso. Faz-se de conta que se ensina, faz-se de conta que se estuda e, após a conclusão do curso, um diploma e várias frustrações.

Diante dessa situação educacional cada vez mais crítica, o Exame de Ordem é fundamentais para mensurar o conhecimento jurídico mínimo. Não é o ideal, mas é o instrumento social que se tem para se precaver da mediocridade do ensino jurídico.

Diante da realidade fática, da proliferação de faculdades sem primazia da qualidade do ensino, ao contrário do que se pretende, o exame para admissão no mercado de trabalho deveria se estender para avaliação do conhecimento mínimo dos bacharéis egressos das faculdades de medicina, odontologia, engenharia, psicologia, entre outras. Enquanto não houver uma séria e pertinente mudança estrutural do sistema educacional brasileiro, instrumentos de proteção social como o Exame de Ordem tornam-se uma necessidade indispensável.

Osmar Gomes dos Santos

Juiz de Direito da Comarca da Ilha de São Luís, membro das academias Ludovicense de Letras, Maranhense de Letras Jurídicas e Matinhense de Ciências, Artes e Letras.



MARCAS DA VIOLÊNCIA URBANA

Segurança pública é um tema que está entre os principais no debate cotidiano, presente na ordem do dia nas rodas de conversa nos mais distintos espaços públicos. Não é raro sermos apanhados por pessoas desconhecidas puxando assunto sobre alguma ocorrência criminal. Na padaria, na banca de revista, no supermercado, no barzinho da esquina. O crime migrou das grandes metrópoles para outras regiões. Passando inicialmente por um processo de interiorização dentro dos mesmos estados, notadamente do Sudeste. Posteriormente, por razões diversas, chegou a capitais do Norte e do Nordeste, onde o ciclo de interiorização vem se repetindo. Isso resultou no aumento da criminalidade, que, como o nome já sugere, é um fenômeno ligado diretamente ao conjunto de práticas criminosas dentro de um espaço de tempo. A grande ocorrência de crimes gera o que costumamos chamar de estado psicológico de violência, que adota uma característica de onipresença e gera consequências diretas na psique de cada indivíduo. Assim, o comportamento individual de medo e de insegurança alcança a coletividade dentro do espaço e tempo em que os crimes são praticados, gerando o aludido estado. Em razão da onda de violência já não nos vemos mais em calçadas batendo aquele bom e velho papo entre amigos até altas horas, sequer durante o dia. Milhões de ruas Brasil afora mais lembram bairros fantasmas, tamanha dificuldade de ver pessoas transitando ou simplesmente conversando em suas portas. Diariamente são assaltos, sequestros, furtos, roubos, homicídios, latrocínios. Realidade

da qual buscamos cada vez mais fugir, nem que para isso tenhamos que abdicar de uma vida em sociedade. Sequer podemos exercer com alguma tranquilidade a liberdade de ir e vir talhado em nossa Carta Magna como uma clausura pétreo. Frente a tantos acontecimentos, começamos a nos fazer reféns de nós mesmos. Construimos fortalezas físicas e psicológicas na vã tentativa de escapar das situações de violência que todos estão passíveis de enfrentar, mais cedo ou mais tarde. Levantamos muros. Nos apegamos a dispositivos eletrônicos e de segurança patrimonial que nos passam certa sensação de tranquilidade dentro de nossas casas. Criamos bloqueios a situações diversas e nos mantemos em permanente estado de alerta nas prisões que construímos dentro de nossas mentes. Até mesmo sem nos dar conta, estamos optando por nos enclausurar. Fugimos dos carmas e medos que nos cercam de todos os lados. Buscamos subterfúgios em uma vida corrida em função dos compromissos diários. Ilusão que nos ajuda a driblar a falta de uma vida mais próxima de nossos comuns. Nossa relação com o desconhecido passou a ser automática: primeiro desconfio de tudo e de todos, para só então permitir uma aproximação. Essa desconfiança no próximo põe em xeque a sociabilidade, algo que é próprio da nossa essência enquanto seres humanos ao longo de toda evolução. Para amenizar essa distância, vamos acostumando às facilidades que as modernas tecnologias insistem em nos “vender” como meios de relacionamentos. Aos poucos e

quase sem perceber estamos substituindo o calor humano e as emoções pela tela fria de um smartphone.

O horizonte é de incertezas quanto nossa capacidade de reação pela manutenção da espécie humana, visto que a sociabilidade está sendo colocada em xeque. Por essa razão, o tema segurança pública se consolidou como um dos principais da agenda política.

Não restam dúvidas de que promover a paz social e devolver a tranquilidade à população tem ocupado posição central como um dos maiores desafios de gestores públicos em municípios, estados e União. Desafio que se agiganta diante de um cenário de esgotamento dos recursos públicos e escassez de serviços essenciais.

Chame como quiser: pacto republicano, ação integrada, cooperação nacional. Fato é que urge a necessidade de ações coordenadas entre os entes federados a fim de devolver o direito de ir e vir de cada cidadão desta nação, bem como a tranquilidade e o bem estar.

Não por acaso, uma ação como esta envolve um esforço hercúleo dos órgãos públicos, a começar pelo resgate da credibilidade nestes, e perpassa por uma gama de caminhos. Certo é que é preciso que esses caminhos comecem a ser trilhados.

Enquanto essa mudança não acontece, seguimos cada dia com nossas inquietações. Vamos driblando os acontecimentos, tentando disfarçar nossos medos e realizando jogos mentais para tentar abstrair os muros que nos cercam.

CNJ manda suspender videoconferência em audiências de custódia no Maranhão

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) suspendeu o Provimento da Corregedoria Geral de Justiça do Maranhão quanto às audiências de custódia nos polos do Judiciário maranhense por videoconferência. A suspensão foi pedida pela OAB nacional a pedido da OAB-MA. A Corregedoria argumenta que a videoconferência é de grande

importância para que a sociedade saiba que o Judiciário vem tentando viabilizar e facilitar ao Estado, no caso a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap), para não apresentação dos presos nos finais de semana fazendo-o por videoconferência. A medida facilitaria o trabalho de advogados, membros

do Ministério Público e da Defensoria Pública. Em seus relatórios, a Corregedoria alega que a medida é benéfica para o Estado, pois evita um gasto absurdo de encaminhamento de presos através de veículos, diárias de servidores, óleo diesel, gasolina e a própria segurança dos presos e dos servidores da Penitenciária.

Ao tomar conhecimento da decisão, a Corregedoria já determinou o cumprimento da decisão monocrática proferida por uma conselheira do CNJ, Ivana Farina Navarrete Pena. A Corregedoria Geral de Justiça do Maranhão informou que, dentro do prazo estabelecido, irá prestar as informações necessárias. O corregedor buscará um pedido de reconsideração diante da grave crise econômica e pelo cumprimento do Pacto de San José e pelo princípio razoável de duração do processo.